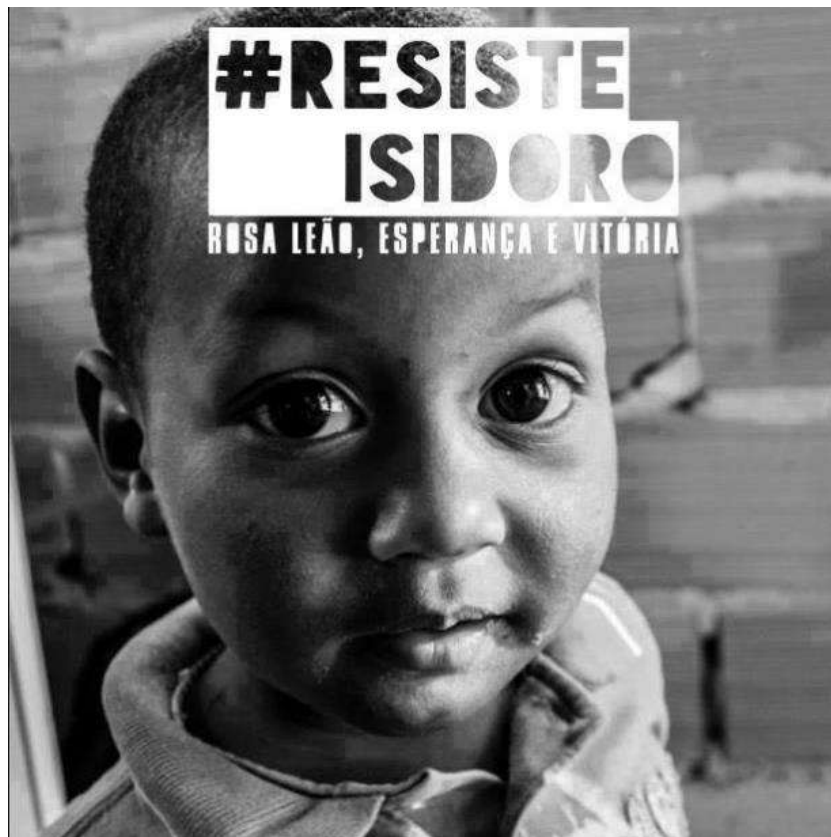


# #RESISTEISIDORO

Francisco Foureaux

Figura 1: #Resisteisidoro: Rosa Leão, Esperança e Vitória



Fonte: <https://www.facebook.com/resisteisidoro/photos/a.515587891920526>

.1073741832.515450615267587/515588025253846/?type=1&theater Acesso em 27 set. 2014.

“SE ORIENTE RAPAZ”

É mais perto da sua casa do que você imagina.

Figura 2: Localização do Isidoro em Belo Horizonte



Fonte: <http://salveoisidoro.wordpress.com/por-que/r>. Acesso em 27 set. 2014.

## A OCUPAÇÃO DA TERRA E O AVANÇO DA CIDADE

### Primeiro momento – desinteresse político e econômico, clínica para tuberculosos (1890-1970)

A primeira ocupação da região, registrada no Plano para a Ocupação da Região do Isidoro<sup>1</sup>, isto é, reconhecida pelo Município de Belo Horizonte, foi o Quilombo das Mangueiras com indícios que datam de 1890. A região era conhecida à época como Ribeirão da Izidora. Segundo o site do CEDEFES<sup>2</sup>, os habitantes do Quilombo das Mangueiras seriam trabalhadores negros provenientes das regiões de Sabará e Santa Luzia.

Em 1932, foi cedida a Maria Bárbara a gleba onde trabalhava sua família já há tempo estabelecida no terreno. O Quilombo hoje conta com 16 casas, aproximadamente 20 famílias e 65 pessoas num espaço de 2 hectares, e é reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, contudo, o processo movido para a legalização da posse da terra ainda tramita no Incra. Não por acaso, os equipamentos públicos recentemente construídos na região, como a coleta de esgoto, ainda não contemplaram a população quilombola.

---

<sup>1</sup><http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=36516&chPlc=36516&&pIdPlc=&app=salanoticias>

<sup>2</sup>[http://www.cedefes.org.br/index.php?p=inst\\_apresentacao](http://www.cedefes.org.br/index.php?p=inst_apresentacao)

Foi doado pelo poder público municipal, no ano de 1914, uma parte do terreno ao médico Hugo Werneck para a construção de um Sanatório Modelo responsável pelo tratamento da tuberculose. O prédio do Sanatório foi construído com recursos particulares do médico e possuía oito mil metros quadrados além da área que o circundava quando foi inaugurado em 1926 (RIBEIRO, 2011).

Ao longo das décadas de 1920 a 1940 o médico adquiriu terrenos próximos ao Sanatório. Em 1921, comprou a Fazenda Santa Isabel de José da Paula Cota, o imóvel possuía 523 hectares. A distribuição do terreno compreendia 174 hectares de matas, 19 de campos e 330 de capoeiras e pastagens. Na década de 1940, com outras aquisições, a propriedade passou a 630 hectares<sup>3</sup>.

Na década de 1970, o prédio de mais de 8 mil metros quadrados, que fica numa área de 250 mil metros quadrados, se tornou o Recanto Nossa Senhora da Boa Viagem, vinculado à Fundação de Obras Sociais da Paróquia da Boa Viagem. Nessa instituição de longa permanência vivem atualmente 75 idosos, que recebem tratamento psicológico e acompanhamento médico e de enfermagem<sup>4</sup>.

Foi aberta, em 1950, uma pedreira na região, às margens do Ribeirão do Isidoro na Granja Werneck. Pouca informação é possível acessar a partir da rede. Fato é

---

<sup>3</sup><http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=71&secao=1098&mat=1219>

<sup>4</sup><http://bairrosdebelohorizonte.webnode.com.br/regi%C3%A3o%20do%20izidoro/>

que a existência da pedreira, às margens do Ribeirão Isidoro (afluente do Rio das Velhas), tampouco é questionada pelos eco ativistas que reivindicam o local como sendo de interesse público a partir da defesa das mais de 30 nascentes, fauna e flora, regionais.

### Os conjuntos habitacionais

Na década de 1990 foram construídos os conjuntos populares Jardim Felicidade e Ribeiro de Abreu. Em área do Estado, numa solução precária em virtude da urgência imposta pelas chuvas e inundações e da histórica displicência do poder público com o déficit habitacional, famílias desabrigadas foram transferidas para a região.

Novamente, em 1990, por não terem até então nenhuma solução para o problema, ocuparam o adro da Igreja de São José, onde permaneceram durante 15 dias, e a partir daí criaram a Cooperativa do Movimento Popular (COMOPOM). Após negociações com o Estado e o Município, neste mesmo ano, as famílias foram assentadas provisoriamente numa área municipal no Bairro Floramar, sob barracas de lona, e em outros dois acampamentos, em áreas do Estado, nos Bairros Etelvina Carneiro e Ribeiro de Abreu, na região norte de Belo Horizonte (URBEL, 1996a).

O governo do Estado, através do Programa PRÓ-HABITAÇÃO, desapropriou a área do Bairro Ribeiro de Abreu para ocupação de 300 famílias e, através de um convênio feito com a URBEL, foi liberada uma área de aproximadamente 23.000 m<sup>2</sup> do Bairro Floramar, para 235 famílias. O assentamento das famílias deu-se nos próprios locais dos acampamentos, que tiveram que passar por obras de urbanização complementares, como abertura de vias, e a construção de parte das unidades habitacionais em sistema de co-gestão, financiadas através de um programa municipal criado em função desta demanda específica – o Programa de Apoio ao Autoconstrutor (URBEL, 1996a)<sup>5</sup>.

Nesse ponto a construção de conjuntos habitacionais (em terrenos públicos) só foi possível graças aos esforços de ocupantes, obrigados a estar adequados a um padrão mínimo que legitimasse a ação do poder estatal. Isto é, além de comprovarem o desemprego ou o subemprego, a carência financeira e a precariedade de suas situações, ainda viam-se condicionadas ao padrão legal para receber o “benefício” de uma política pública.

A posterior adequação do entorno do Isidoro no que diz respeito a equipamentos urbanos deu-se, assim como na periferia marginalizada (esses termos não são redundantes), a partir da demanda comercial e do fluxo de capital local. Em outras palavras, o saneamento básico, escolas, comércio, serviços, fazem-se

---

<sup>5</sup> [http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais\\_HouriLF\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_HouriLF_1.pdf)

presentes quando há capacidade da população residente pagar e pelos mesmos. Cabe ressaltar a inacessibilidade aos equipamentos de saúde pública.

### “DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS”

Em outro ponto da cidade, na região da Savassi, plenamente abastecida de equipamento público, vias urbanizadas, hospitais, escolas, comércio, uma ampla rede de serviços, transporte, foi realizada uma obra no ano de 2012 que consumiu dez milhões e quinhentos mil reais do dinheiro público municipal.

### A riqueza natural e a pobreza real

Hoje a região do Isidoro possui o segundo maior índice de Vulnerabilidade social e um dos menores índices de qualidade de vida urbana de Belo Horizonte. O que significa deficiência na oferta de transporte, sistema viário e equipamentos públicos<sup>6</sup>.

Por outro lado, pelo menos 30 nascentes alimentam o Ribeirão do Isidoro que por sua vez é afluente do Rio das Velhas. Uma variedade de flora e fauna silvestres, mata de cerrado e ciliares povoam a região.

---

<sup>6</sup><http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=36516&chPlc=36516&&pIdPlc=&app=salanoticias>

Madeira nativa e recursos hídricos são mais uma vez pauta eleitoral e, no embate das ideias e propostas, colocam-se em opostos o ativismo ecológico e os interesses imobiliários. Assim, em segundo plano, a luta pela terra e a injusta distribuição de riqueza da cidade permanece invisível ou é acessada quando o interesse de um ou outro grupo manifesta-se publicamente.

### A vila da copa

A iminência do grande evento explicita a venda da cidade. Muito se propagandeia sobre o “legado” desses espetáculos. No caso do Isidoro, assim como em dezenas de outras regiões do país, o mote foi a Copa em 2010. Ali seriam construídas hospedagens, a “Vila da Copa”, para abrigar os turistas portadores/repetidores da emancipação financeira e da diplomacia brazuca.

Após 40 anos de abandono, o local tornou-se alvo de cobiça de grandes empresários, alavancada principalmente pela construção da nova sede do governo mineiro, a chamada Cidade Administrativa. Em março de 2010, a prefeitura divulgou um projeto que previa para o local a construção de um bilionário empreendimento, chamado “Vila da Copa”, onde seriam construídos, até 2014, prédios, com cerca de 3 mil unidades habitacionais, que abrigariam turistas e jornalistas que viessem acompanhar a Copa do Mundo, além de um centro comercial e de serviços. O que não aconteceu.



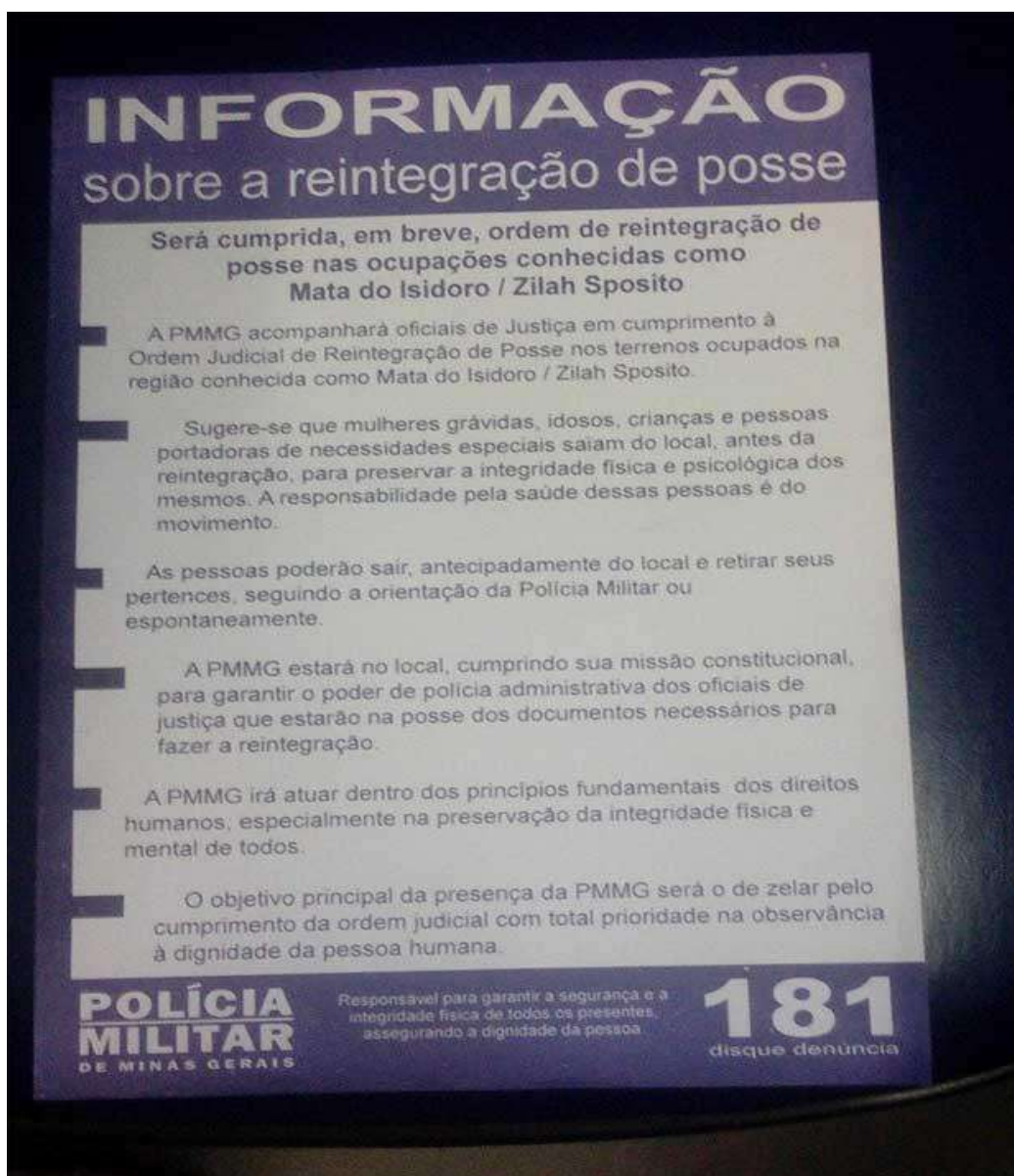
Passado o evento, o projeto foi alterado e fala-se na construção de edifícios de alto luxo no local. Apesar da informação já ter sido veiculada na imprensa, a assessoria da Direcional Engenharia negou que serão construídas moradias que não sejam para suprir o déficit habitacional de Belo Horizonte, hoje em torno de 62,5 mil moradias. Em nota, a empresa informou que: "o empreendimento terá 13,14 mil apartamentos e vai ocupar 32% da propriedade particular de 3,5 milhões de metros quadrados<sup>7</sup>.

A perspectiva da construção de moradias de interesse coletivo no local não está ligada ao que foi prometido pela prefeitura ou pela construtora. A construção de moradias de interesse coletivo está ligada a pressão popular, nesse caso refiro-me aos grupos e indivíduos atentos à causa. Em outras palavras, tanto o usufruto da área quanto a diretriz de sua ocupação serão definidos pela capacidade de pressão, embate e mobilização da opinião pública diante do modelo de operação urbana hegemônico.

---

<sup>7</sup><http://blogdojuca.uol.com.br/2014/08/antiga-vila-da-copa-pode-ser-palco-de-confronto-entre-moradores-e-policia-em-bh/>

Figura 3: Panfleto da Polícia Militar de Minas Gerais



Fonte: [http://imgsapp.em.com.br/app/noticia\\_127983242361/2014/08/07/55608](http://imgsapp.em.com.br/app/noticia_127983242361/2014/08/07/55608)

5/20140807180919699059a.jpg. Acesso em 27 set. 2014.

O iminente despejo, planejado pelas polícias e pela prefeitura ainda em julho de 2014, articulou diferentes grupos de resistência, organização e defesa das famílias residentes na região. Desde aqueles grupos presentes no princípio da ocupação até coletivos solidários a causa por entendê-la como mais uma das faces de disputa pela cidade. Segundo dados preliminares, serão oito mil famílias removidas no despejo. MLB, Brigadas Populares, Coletivo de Advogados Ativistas Margarida Alves, demais ocupações urbanas da região metropolitana, as mulheres residentes (guerreiras incansáveis), Tarifa Zero BH, Espaço Comum Luiz Estrela e a rede de apoiadores organizou um amplo plano de ação

Muitas ações no judiciário, idas e vindas pelos corredores da justiça; apelos à mídia, notas de apoiadores de diversos estados brasileiros, moções, fotos e campanhas de fotos, sites e publicações na rede, tentativas de diálogo com o Ministério Público, com a prefeitura. Idas à câmara de vereadores, ocupações e manifestações nas ruas, muito esforço coletivo para dar visibilidade ao escondido foi feito.

Questionado pelo movimento social o poder público municipal recuou ao ser indagado sobre o destino dos “despejados”. Além da desatenção sobre as crianças e gestantes, escancarou-se o descaso e o desinteresse das políticas públicas para com os precarizados.

Mesmo com o terrorismo de Estado nos sobrevoos de helicópteros e constante presença das viaturas, de panfletos lançados ao ar ameaçando com o uso da força, das sirenes na madrugada, do deslocamento de efetivo, do anúncio público na grande mídia, da possibilidade e constante ameaça de violência física, da violência verbal e psicológicas cotidianas, o apoio aos moradores das ocupações do Isidoro e, sobretudo, a persistência e coragem dos residentes manteve o equilíbrio para exigir a negociação e a resolução pacífica do impasse.

Figura 4: Cartazes de ferro



Fonte: <https://fbcdn-sphotos-b-a.akamaihd.net/hphotos-ak-xap1/t1.0-9/q81/s>

526x296/10615582\_10152602380024780\_6765659469431451829\_n.jpg. Acesso em 27 set. 2014.

Em 24 de setembro foi realizada uma grande manifestação envolvendo ocupações urbanas de toda a região metropolitana de Belo Horizonte, fechando cinco das principais vias urbanas, para o lançamento de mais uma ação e um manifesto, a seguir colocado.

### Manifesto: Despejo Zero em Minas Gerais

O déficit habitacional em Minas Gerais ultrapassa meio milhão de moradias – 510.000 unidades segundo estudo da Fundação João Pinheiro. Só na cidade de Belo Horizonte esse número chega a mais de 150.000 moradias! Enquanto há centenas de milhares de famílias sem-teto a especulação imobiliária, grande inimiga da Reforma Urbana, se desenvolve cada vez mais transformando a moradia em simples mercadoria.

Diante desse quadro as ocupações urbanas surgem como forma de grandes parcelas sociais adquirirem o direito à moradia adequada. Somente na região metropolitana de Belo Horizonte tem-se mais de 25.000 famílias em ocupações organizadas por movimentos sociais e as chamadas “ocupações espontâneas”.

O Poder Executivo (incluindo o Estado de Minas Gerais e os municípios mineiros) não fazem sua parte para solucionar o grave problema social colocado. Em Belo

Horizonte foram construídas apenas 1.550 unidades para famílias que compõe a faixa de quem ganha de 0 a R\$ 1.600,00 reais. O Estado de Minas Gerais não construiu uma casa na capital nos últimos 20 anos! Lado outro, o poder público se associa às grandes empreiteiras, que financiam as campanhas eleitorais, para reproduzirem a cidade a partir da ótica do lucro na construção de grandes obras.

O Poder Judiciário ao invés de fazer valer a Constituição da República, que prevê a dignidade da pessoa humana como fundamento da República e o direito à moradia como direito social, profere decisões que priorizam a especulação imobiliária e a propriedade como direito absoluto independentemente do cumprimento de sua função social. Desconsideram a nova ordem jurídica urbanística instalada no país, os tratados internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil é signatário e priorizam um título de propriedade em detrimento do direito de milhares de famílias viverem com dignidade.

Por todo o exposto, os movimentos populares de Minas Gerais e as ocupações urbanas vem a público manifestar:

**Não aceitaremos mais remoções injustas e violentas – despejo zero em Minas Gerais**

Os movimentos sociais organizados, as ocupações urbanas e a sociedade civil não admitirão despejos forçados no Estado de Minas Gerais! Se o Estado e seu aparato repressivo forem utilizados contra o povo pobre das ocupações responderemos com TRANCAMENTOS PERIÓDICOS da cidade como forma de pressionar os governos a respeitarem o povo que constrói cotidianamente as cidades, mas que contraditoriamente não tem acesso a ela, sendo alijados de direitos essenciais como à moradia digna.

Belo Horizonte, 24 de setembro de 2014.



## PERIFERIA OCUPA A CIDADE: REFORMA URBANA DE VERDADE!

Assinam esse manifesto e a autoria deste ato público:

Brigadas Populares-MG / Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) / Comissão Pastoral de Terra (CPT) / Lutas Populares / Coordenações das Ocupações: Rosa Leão, Esperança, Vitória, Dandara, Novo São Lucas, Nelson Mandela I (Aglomerado da Serra), Eliana Silva e Nelson Mandela II (Barreiro); Guarani Kaiowá e Willian Rosa (Contagem). Dom Tomás Balduino I (Ribeirão das Neves) e Dom Tomás Balduino II (Betim). E bairro Nossa Senhora de Fátima (Nova Lima).

Além do manifesto foi convocada uma coletiva de imprensa para, quarta-feira, 24 de setembro de 2014, às 16h, na escadaria do Palácio da Justiça do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (Avenida Afonso Pena, N°1420), com lideranças de todas as ocupações urbanas e os representantes dos movimentos sociais listados abaixo.

Também foi articulada uma plenária geral com todos os partidos e candidatos ao Governo do Estado de Minas Gerais, para esta quinta-feira, dia 25 de setembro de 2014, às 19h, no salão da Igreja São José (R. Tupis, N° 164, Centro), para apresentação da Carta Compromisso: Pacto Social Despejo Zero em Minas Gerais.



Pouco antes do fechamento deste depoimento de apoiador, no dia 26 de setembro, o Brasil foi citado e deverá prestar esclarecimentos à Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). O maior conflito fundiário urbano de Minas Gerais é objeto de apreciação da corte internacional em decorrência da parcialidade do judiciário local.

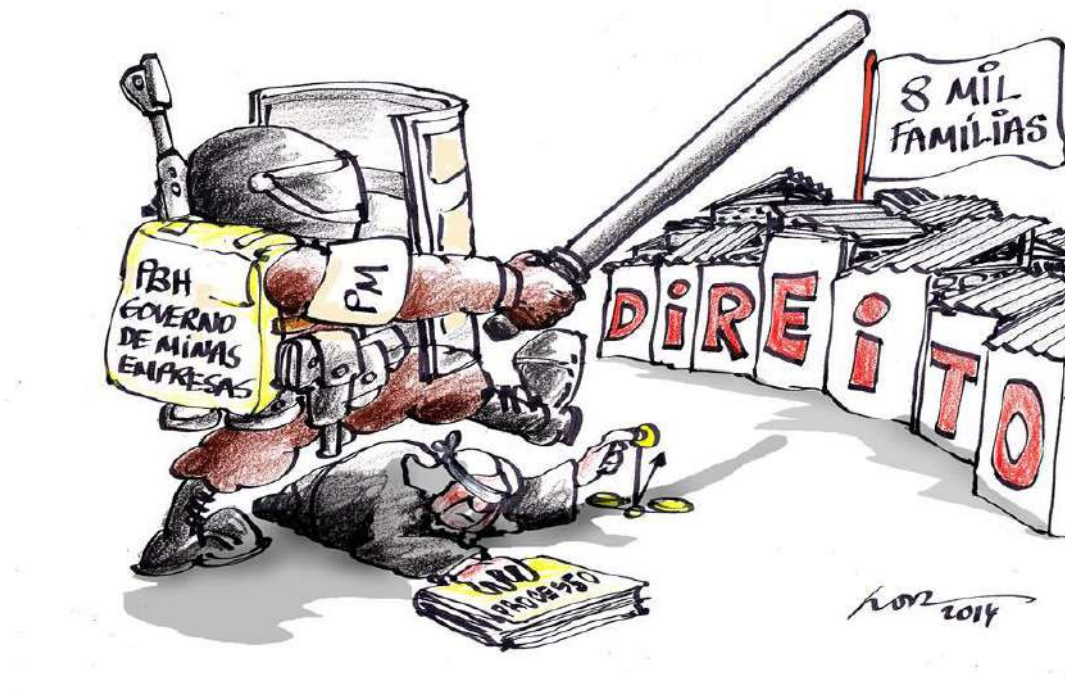
Assim manifestaram-se os coletivos responsáveis pela ação:

“O Coletivo Margarida Alves, as Brigada Populares, o PCR e a Clínica de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da UFMG, dada a gravidade da situação das ocupações da região do Isidoro, denominadas Rosa Leão, Esperança e Vitória e a dificuldade de se construir uma alternativa de moradia para as mesmas, ao invés do despejo violento, acionaram a Comissão Interamericana de Direitos Humanos sendo que na data de hoje recebemos comunicado dessa Comissão informando que o Brasil foi citado para em 15 dias prestar informações sobre denúncia apresentada”<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup><https://www.facebook.com/notes/brigadas-populares/brasil-citado-pela-comiss%C3%A3o-interamericana-de-direitos-humanos/648793605217938>

Figura 5: Charge do cartunista Lor sobre o Isidoro



Fonte: <https://www.facebook.com/governador.fidelis50/photos/pb.782435151788330-22075200001411864190/801368989894946/?type=3&theater>. Acesso em 27 set. 2014.

“Enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito”.

Isidoro Resiste

## REFERÊNCIAS

RIBEIRO, R. R. (Coord.). Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Norte. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011.

## #Resisteisidoro

### Resumo

As políticas públicas brasileiras que tratam da questão do déficit habitacional historicamente se voltam para a defesa da propriedade em detrimento da necessidade das populações atingidas pelas mesmas políticas. Especificamente no caso da região do Isidoro, a disputa pela forma de ocupação acentuou-se depois da procura e do interesse do mercado imobiliário sobre aquela área urbana na esteira da valorização do “vetor norte” de Belo Horizonte. Com um Plano de Ocupação concebido em 2010, o poder público, especificamente a prefeitura de Belo Horizonte, repete conscientemente formulações por vezes bem intencionadas e mal executadas. O despejo, eufemismo para expulsão das famílias ocupantes, é a expressão crua de como a questão fundiária é tratada quando o interesse econômico, através de suas relações com o poder político, pressiona o Estado para satisfazer seus objetivos. Por fim, é o resultado da democracia representativa que exclui sistematicamente minorias e marginalizados dentro da dinâmica perniciosa estabelecida entre empreiteiras, proprietários e políticos profissionais.

### Palavras-chave

Ocupações urbanas; Função social da terra; Déficit habitacional.

## #Resisteisidoro

### Abstract

Brazilian public policies related to housing deficit historically have defended property instead of needs of populations affected by same policies. Specifically in case of Isidoro region, competition for occupation has accentuated after housing market interest about this urban area following valuation of "North vector" of Belo Horizonte. With a occupation plan conceived in 2010, public power, specifically Belo Horizonte mayor, repeats consciously formulations sometimes well intended and badly executed. The eviction, euphemism to expulsion of occupants families, is the raw expression of how land issue is treated when economic interests, through its relations with political power, push state to satisfy their objectives. It is the result of a representative democracy which systematically excludes minorities and marginalized inside of pernicious dynamics established among contractors, owners and professional politics.

### Keywords

Urban occupation; Social function of land; Housing deficit.

## #Resisteisidoro

### Resumen

Las políticas públicas brasileñas que tratan el tema de la escasez de vivienda históricamente defendem la propiedad a expensas de la necesidad de las poblaciones afectadas por las mismas políticas. Específicamente en el caso de la región de Isidoro, la disputa por medio de la ocupación se hizo más pronunciada después de la demanda y el interés del mercado de vivienda por una área urbana valorada por el "vector del Norte" de Belo Horizonte. Con un Plan de Ocupación concebido en 2010, el gobierno, específicamente la ciudad de Belo Horizonte, repite conscientemente formulaciones a veces bien intencionados y mal ejecutados. El eufemismo de desalojo para la expulsión de las familias que ocupan, es la expresión cruda de cómo se reparte la tierra cuando el interés económico, a través de sus relaciones con el poder político, pulse el Estado para cumplir con sus metas. Por último, es el resultado de la democracia representativa que excluye sistemáticamente a las minorías y los marginados dentro de la dinámica perniciosa que se establecen entre los contratistas, propietarios y profesionales de la política.

### Palabras-clave

Ocupaciones urbanas; Función social de la tierra; Escasez de vivienda.

## Autoria

Francisco Foureaux

Licenciado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail:  
[francisco.foureaux@gmail.com](mailto:francisco.foureaux@gmail.com).

## Endereço para correspondência

Francisco Foureaux. Rua Mármore, 753, Santa Teresa, Belo Horizonte, MG, Brasil.  
CEP: 31010-220. Telefone: (+55 31) 993373295.

## Como citar esta contribuição

FOUREAUX, F. #Resisteisidoro. Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 764-785, dez. 2014.

*Contribuição Submetida em 28 set. 2014. Aprovada em 28 set. 2014. Publicada online em 9 out. 2014. Sistema de avaliação: Convite. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.*



REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 1 | N. 2 | DEZEMBRO | 2014 | ISSN: 2358-6311